



O TRABALHO DA MULHER NO CAMPO EM SANTA CATARINA: HIERARQUIA, RESISTÊNCIA E O PAPEL DAS COOPERATIVAS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Fabiane Ripplinger¹

RESUMO

A gestão das propriedades rurais em Santa Catarina, assim como em outros estados brasileiros ainda tem forte influência masculina. Nesse sentido, a luta pelo espaço das mulheres na liderança das propriedades vem crescendo e com isso, embates acontecem dentro e fora das propriedades. A década de 80 foi muito importante na luta pelo direito das mulheres do campo. Neste período, foram criados alguns dos principais movimentos sociais femininos do campo no Brasil. Para além dos movimentos sociais, destaca-se a importância dos sindicatos e cooperativas para o fortalecimento do papel e da representatividade das mulheres agricultoras em Santa Catarina. Apesar de todo esse esforço, as jovens, filhas daqueles que gerenciam as propriedades, são as mais invisibilizadas. Sair do campo traz novas perspectivas de vida, de estudo, de renda e de autonomia, que vão para as áreas urbanas em busca da independência. Portanto, entende-se que são diversos os embates que já foram enfrentados para que se chegue a atual realidade, porém ainda se tem muito a melhorar e para lutar, especialmente em questões de gênero e hierarquia dentro e fora das propriedades rurais catarinenses.

Palavras-chave: Resistência, Mulheres agricultoras, Poder, Alternativas produtivas, Santa Catarina.

RESUMEN

La gestión de las propiedades rurales en Santa Catarina, como en otros estados brasileños, sigue estando fuertemente influenciada por los hombres. En este sentido, la lucha por el espacio de las mujeres en el liderazgo de las propiedades ha ido creciendo y con eso, se producen enfrentamientos dentro y fuera de las propiedades. Los años 80 fueron muy importantes en la lucha por los derechos de las mujeres rurales. Durante este período, se crearon algunos de los principales movimientos sociales de mujeres en el campo de Brasil. Además de los movimientos sociales, se destaca la importancia de los sindicatos y cooperativas para fortalecer el papel y la representatividad de las mujeres agricultoras en Santa Catarina. A pesar de todo este esfuerzo, las jóvenes, hijas de quienes administran las propiedades, son las más invisibles. Salir del campo trae nuevas perspectivas de vida, estudio, ingresos y autonomía, que van a las zonas urbanas en busca de independencia. Por lo tanto, se entiende que son varios los enfrentamientos que ya se han enfrentado para llegar a la realidad actual, sin embargo, todavía hay mucho que mejorar y luchar, especialmente en cuestiones de género y jerarquía dentro y fuera de las propiedades rurales de Santa Catarina.

Palabras clave: Resistencia, Mujeres agricultoras, Poder, Alternativas productivas, Santa Catarina.

¹ Doutoranda no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, bolsista Capes, fabianeripplinger2@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vemos um novo cenário para as mulheres agricultoras. A gestão das propriedades rurais em Santa Catarina, assim como em outros estados brasileiros ainda tem forte influência masculina. Nesse sentido, a luta pelo espaço das mulheres na liderança das propriedades vem crescendo e com isso, embates acontecem dentro e fora das propriedades.

Historicamente, as mulheres ocupam espaços menos prestigiados pela sociedade, no campo isso não é diferente, sendo encontrado até mesmo mais fortemente. O trabalho doméstico prevalece sobre a rotina da mulher e das filhas do gestor da propriedade, enquanto os homens da família dedicam-se ao trabalho externo a casa (Paulilo, 2009).

Diante disso, Paulilo (2009, p. 179) destaca que

Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla.

Os avanços no campo catarinense foram sendo percebidos quando as mulheres começaram a ter alguns direitos, como a sindicalização e registro de associação individual das agricultoras, não sendo mais vinculadas ao esposo e tendo direito ao voto nas reuniões das cooperativas e sindicatos (Casagrande, 1991).

Isso só foi possível, devido as crescentes iniciativas que buscavam trazer mais visibilidade para as mulheres no campo e torná-las sujeitos políticos na década de 80. Surgem, por exemplo, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais na região Sul do Brasil (Paulilo, 2009), que posteriormente se propaga nacionalmente e o então Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina – mais adiante vindo a integrar o Movimento das Mulheres Camponesas - ligado à igreja católica, que ganharam destaque nacional na luta pelo reconhecimento da profissão de agricultora e/ou trabalhadora rural (Betto; Piccin, 2017; Deere, 2004).

Nesse sentido, observa-se que os movimento sociais foram de suma importância para dar início as mudanças no espaço e no trabalho feminino no campo, bem como o apoio dos sindicatos e de cooperativas também foi importante – atualmente presentes com maior força. Assim, verifica-se que os processos formativos, encontros, distribuição de cartilhas e informativos de cooperativas ligadas a agricultura familiar, dos sindicatos e dos movimentos sociais de luta pela terra e das mulheres agricultoras estabeleceram novos horizontes ao público



feminino rural e abriu portas para a discussão do tema dentro das propriedades (Winckler, Renk e Munarini, 2018).

Para entender mais profundamente o papel desempenhado por essas instituições, objetiva-se com este trabalho analisar as formas como as cooperativas, sindicatos e movimentos sociais trouxeram novas perspectivas para as mulheres e para o seu trabalho no campo em Santa Catarina nas últimas décadas. É primordial buscar conhecer os agentes e os processos que tornaram possíveis esses efeitos no campo, para vislumbrar o cenário futuro.

Para isso, a análise de artigos, livros, notícias de jornais e trabalhos de conclusão de cursos compõem a metodologia de pesquisa do trabalho, bem como a busca por dados qualitativos para se ter maior detalhamento da temática e para se analisar os discursos empregados pelos agentes hegemônicos e por aqueles que buscam enfrentá-los.

Por meio deste ensaio, portanto, observam-se significativos os avanços no trabalho e no espaço ocupado pelas mulheres no campo por meio das ações de movimentos sociais, sindicatos e cooperativas. Porém, estes podem ser melhorados ainda mais, visto que são encontrados diversos entraves que dificultam a permanência, a resistência contra as hierarquias pré-estabelecidas e por maior espaço no comando das propriedades e nas tomadas de decisões pelas mulheres.

METODOLOGIA

O trabalho possui principalmente base qualitativa, teórica e exploratória. Para alcançar o objetivo proposto apoia-se principalmente em artigos, trabalhos de conclusão de cursos como monografia, dissertações, reportagens e livros que abordem a condição da mulher no campo, os trabalhos desenvolvidos por elas, os confrontamentos no cotidiano para com os homens da propriedade, os cursos e incentivos dados pelas cooperativas e outras instituições, as formas de resistência, entre outros tópicos pesquisados.

Ademais, o trabalho se aprofunda qualitativamente, sendo assim, busca-se analisar mais as questões de discursos e as formas de enfrentamento das relações hierárquicas patriarcais ainda encontradas atualmente no campo.

Para este trabalho não foram realizadas entrevistas, logo, não foi necessário passar por avaliação de comitê de ética ou similares, porém busca-se elaborar um trabalho integral e que não traga riscos ou prejuízos aos trabalhadores do campo, em especial para as mulheres agricultoras.



REFERENCIAL TEÓRICO

O processo inicial dos movimentos sociais em Santa Catarina possui forte ligação com a igreja católica, por meio das pastorais e das comunidades eclesiais de base, que com seus encontros, foram estimulando principalmente a luta pela terra e por direitos básicos dos agricultores familiares. Posteriormente, com a base de formação mais sólida, as agricultoras buscaram maior representação para questões próprias e com isto, surgem os primeiros movimentos sociais voltados exclusivamente para as mulheres, como o Movimento das Mulheres Agricultoras, bem como estas foram ganhando mais espaço nos sindicatos rurais da região (Boní, 2004).

Ser reconhecida formalmente como agricultora vai muito além de “apenas” um título, mas carrega luta, história e memórias. Neste sentido, Borba e Fabrini (2016) corroboram com Boní (2004), apontando o descontentamento inicial das agricultoras com a forma como eram reconhecidas, bem como, visto que em alguns movimentos sociais mistos tinham as suas demandas relegadas ou desconsideradas e deste modo, atendendo as demandas e especificidades regionais, surgem os primeiros movimentos das trabalhadoras rurais.

Em relação aos sindicatos, um dos embates iniciais foi a possibilidade de associação da mulher agricultora enquanto trabalhadora rural e não mais sendo vista somente como dependente do pai ou do marido. Para além da possibilidade de sindicalização das agricultoras, outras campanhas ganharam força, como pela documentação própria, solicitando o cadastro de pessoa física (CPF), carteira de identidade e título de eleitor, bem como que seu nome fosse inserido no bloco de produtor rural, para que seu trabalho fosse reconhecido e para se ter acesso a alguns direitos como a aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade. Direitos estes garantidos anteriormente apenas as trabalhadoras do meio urbano (Boní, 2004).

Esses avanços são comemorados e bastante lembrados visto o processo de formação das propriedades rurais na região Sul do Brasil, no qual se deu especialmente por meio de colônias de imigrantes, separados em pequenas propriedades e com costumes bem marcados que por diversas vezes não favorecem as mulheres do campo.

Porém, vale lembrar ainda em relação aos sindicatos, conforme aponta Ostronoff (2016, p. 46), que “a dificuldade das mulheres quanto à inserção nas entidades sindicais, bem como, sua crescente participação e conquistas de espaço nela, mostram como a questão de gênero é uma disputa simbólica”.

Outro fator importante a ser destacado neste sentido é o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais, no qual vemos um padrão recorrente, onde a propriedade geralmente é



passada para os filhos homens, enquanto para as mulheres isso ocorre quando não há filhos homens (Paulilo, 2003). Ainda, é comum observar que quando a mulher herda a propriedade, quem a gerencia é o marido e apesar disto não ser muito debatido dentro das famílias, a indignação com a forma de repartir os bens dos pais e a sucessão familiar da propriedade, geram incômodos nas agricultoras, que compartilham essas angústias por exemplo nos encontros de movimentos sociais femininos (Paulilo, 2003).

Borba e Fabrini (2016) trazem reflexões acerca das relações de poder enraizadas no patriarcalismo e que afetam as mulheres, tanto do meio rural como urbano.

A sociedade brasileira possui fortes traços do patriarcalismo em que as decisões da família pertencem ao homem (chefe de família), cabendo à mulher os afazeres “secundários”, como os domésticos. Desde o período colonial verifica-se privilégios aos homens, a exemplo da Lei da Sesmaria, em que o direito à terra era concedido apenas ao homem. A mulher sempre foi considerada dependente do homem, pai ou esposo. Assim, por muitos séculos prevaleceram e se reproduziram as relações de dominação do sexo masculino sobre o feminino (Borba; Fabrini, 2016, p. 39).

Mudar as estruturas dentro das famílias e das propriedades rurais, bem como fora delas, é um trabalho demorado e construído aos poucos, com mudanças gradativas, visto que “tradicionalmente têm sido atribuídas às mulheres características como fragilidade e submissão, naturalizadas como “femininas” e incompatíveis com cargos de direção sindical ou representação profissional” (Bertolin; Kamada, 2012, p. 44), assim como “a pretensa docilidade feminina, disseminada como algo “natural”, é socialmente construída e serve a interesses específicos” (*Ibid.*, p. 44).

Diante disso, quando as mulheres passam a se fazer presentes e buscam participar das esferas de decisões, que antigamente eram vistas como somente masculinas, verifica-se as relações de dominação, desigualdade e de opressão presente ainda na atualidade (Lemos, 2011). Neste sentido, Boni (2004) cita o conceito ‘habitus’ de Bourdieu (1995), no qual é necessário haver uma mudança de hábitos que por vezes não depende somente da vontade das mulheres, visto que estas

vão incorporar outros papéis além de mãe, esposa e trabalhadora. Muitas vezes será necessário uma reordenação das tarefas rotineiras, com maior participação do marido e dos filhos, para que a mulher assuma um lugar no sindicato. Quando é o homem que assume esse papel, a mulher, na maioria das vezes, desempenha as suas funções na propriedade geralmente com a ajuda dos filhos. No caso de a mulher assumir, há diferenças, principalmente se os filhos são pequenos, e não há nenhuma filha mulher que possa assumir o papel da mãe (Boni, 2004, p. 298).



As diferenças e dificuldades apontadas podem ser vistas como limitadoras no aceite ao desempenho de funções de liderança para algumas mulheres. Ao analisarmos diversos artigos e entrevistas, podemos chegar ao ponto de entendimento que muitas mulheres entram para movimentos sociais ou para sindicatos e assumem papéis de liderança quando os filhos já estão crescidos.

Para isso, as mudanças estruturais e de ideias de toda a família se faz necessário, visto que “a socialização da mulher rural foi muito dura; ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido” (Boní, 2004, p. 298). Vedana *et al.* (2023), salienta que empoderar as mulheres trazem benefícios para o bem-estar e para o desenvolvimento do campo, mas não somente isso, também as estimulam em relação ao papel de liderança e na busca por mudanças.

Para se acessar um cargo de liderança, dentro e fora das propriedades, o percurso para as mulheres pode ser mais desafiador do que para os homens. Ter que provar capacidade, disponibilidade e conhecimento são questões apontadas frequentemente e que não são tão cobradas dos homens que buscam ocupar estes mesmos cargos. Ademais, Vedana *et al.* (2023) reforça com base em Brasil (2019) e Spanevello (2019) que

o papel coadjuvante da mulher no meio rural, caracterizado pelo cerceamento do acesso a recursos produtivos, crédito, serviços, oportunidade e representatividade, vem sendo contestado por meio de um redirecionamento das atribuições femininas nos âmbitos da produção, geração de renda, reprodução familiar e na sua atuação em grupos sociais. A possibilidade de reverter este cenário tem a eminent contribuição das políticas nacionais de crédito rural e também das cooperativas, vias capazes de potencializar a autonomia das mulheres e aumentar a sua participação inclusive nos processos de tomada de decisões (Vedana *et al.*, 2023, p. 7).

Se atualmente esse processo ainda demanda muito enfrentamento e luta para que as mulheres ocupem os cargos de liderança, nas décadas passadas isso foi ainda mais difícil e necessário. Apesar dos avanços obtidos ao longo das últimas décadas, situações discriminatórias ainda estão presentes nestes espaços de decisão (Boní, 2004). Por meio desta luta, novos horizontes foram conquistados, mesmo que às vezes, a passos lentos.

Não obstante, ainda são encontradas e enfrentadas muitas barreiras, como machismo, múltiplas jornadas de trabalho, a falta de tempo para se engajar tanto quanto gostariam, pressão social, entre outras. Neste sentido, Silva *et al.* (2023) apontam que assim como dentro das propriedades já ocorrem divisões de gênero e hierárquicas do trabalho e das decisões, fora destas também acontece e com isso as mulheres acabam por não ter igualmente as mesmas oportunidades e cargos que os homens.



Os movimentos sociais e os sindicatos trabalham de forma aproximada, cada qual com suas demandas e pautas. Alguns movimentos são direcionados mais para as mulheres, que consequentemente possuem pautas mais direcionadas a estas. Os movimentos de mulheres, especialmente de agricultoras, vem promovendo grandes mudanças na sociedade, nos direitos e na inclusão da mulher enquanto trabalhadora rural e não apenas uma mera “ajudante” da propriedade.

Silva *et al.* (2023) aponta alguns programas como o Pronaf Mulher - que disponibiliza crédito exclusivo para mulheres investirem em suas propriedades rurais com condições e taxas de juros específicos - e o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe criado em 1994 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como sendo de grande relevância para a superação da discriminação das mulheres no campo e para a sua maior participação.

Na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe de 2016 em Montevidéu (Uruguai), organizada pela CEPAL e pelo governo do Uruguai, os governantes dos países latino-americanos e do caribe aprovaram a “Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030” e nesta conferência, assim como nas anteriores, busca-se o diálogo para a erradicação das desigualdades, discriminação de gênero, pelos direitos humanos e de autonomia de meninas e mulheres (CEPAL, 2017). Esta iniciativa vai de encontro com a Agenda 2030 e traz importantes debates a nível internacional que abrangem tanto as mulheres do campo como as que vivem no meio urbano.

Assim como estes programas e conferências, diversas outras iniciativas poderiam ser citadas, visto que atualmente se tem uma maior abertura para a discussão do papel das mulheres e das jovens agricultoras. Também, pode ser destacado que

A criação desses programas de apoio às mulheres contribui para que as mesmas se sintam mais motivadas a continuarem a trabalhar e contribuir para sua independência, além de trazer debates sobre temas relacionados a participação da mulher tanto no meio rural quanto urbano. Esses programas contribuem para que as mulheres tenham conhecimentos ligados aos seus direitos e quais são as medidas que devem ser realizadas para contribuir para que as mesmas desfrutem de um ambiente de trabalho com respeito e harmonia (Silva *et al.*, 2023, p. 168).

Boni (2004) também colabora neste sentido ao apontar que para a superação da visão da mulher agricultora ser apenas ajudante, é necessário que as mulheres não tenham medo de ocupar os espaços de liderança e de direção e no desenvolvimento das funções que lhe são atribuídas, para que assim tenham suas ideias e propostas respeitadas.



Assim, Leite e Lorenzi (2022) baseando-se em Grade e Basso (2019) salientam que

não considerar a mulher agricultora familiar nos espaços de tomada de decisão como as cooperativas é caminhar na contramão do desenvolvimento rural sustentável, pois as mulheres são participantes ativas das atividades produtivas e reprodutivas realizadas nas propriedades. Portanto é fundamental o desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a participação das mulheres nas instâncias de decisão e explorem suas potencialidades (Leite; Lorenzi, 2022, p. 26).

Portanto, o âmbito das relações produtivas estabelecidas dentro das propriedades e para com as cooperativas podem ser vistas como boas alternativas para que as agricultoras tenham maior independência financeira e consequentemente maior liberdade de expor suas ideias, suas vontades e firmarem boas parcerias, a fim de garantir a venda da produção familiar de forma mais competitiva e lucrativa (Leite; Lorenzi, 2022). Assim, quando a cooperativa deixa de promover a participação efetiva das mulheres nas decisões dentro da cooperativa ou das propriedades, para além de prejudicar a autonomia feminina, também acaba afetando o próprio desempenho e desenvolvimento (Leite; Lorenzi, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Santa Catarina, as propriedades ainda seguem um padrão advindo da colonização, sendo estruturadas em pequenas áreas de terras, de onde famílias inteiras tiram o seu sustento. Refletiam-se padrões desfavoráveis às mulheres do campo por meio de questões culturais, patriarcais e relacionadas com as visões de mundo e de vida dos colonos imigrantes (europeus).

As mulheres, neste contexto, ao longo das décadas tiveram que manter-se em jornadas extenuantes que eram compostas pelos trabalhos domésticos, cuidados com os filhos, plantio e manutenção da horta e das demais tarefas da propriedade. Muitos destes trabalhos eram invisibilizados ou tidos apenas como uma “ajuda”. Para se ter mudanças positivas significativas foram necessários muitos embates, enfrentamento das hierarquias impostas, resistência e ocupação de espaços de decisão.

Com isso, podemos apontar com base em Boni (2004) que mesmo com o aumento do número de mulheres nos sindicatos na década de 1980, os cargos ocupados não eram os principais, porém na década de 1990, ocorreram mais indagações acerca de questões de gênero e da sua presença feminina em cargos de liderança. Diante disso, fazendo história em 1996, uma mulher ocupava o cargo de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Chapecó.



Na região, outras mulheres passaram a constar em cargos de liderança e na direção executiva de outros sindicatos (Boní, 2004).

Partindo disso, novas ideias, projetos e ideais são implantados pelo público feminino nas propriedades e na comunidade, bem como ocorrem questionamentos das hierarquias impostas, mesmo que isso não gerem efetivamente maior paridade no campo (Paulilo, 2009).

A inserção da mulher nos movimentos sociais e outras instituições “não a torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador” (Pinto, 1992 *apud* Paulilo, 2009, p. 184), assim, novas visões, entendimentos e reconhecimento próprio do seu espaço e profissão são adquiridas pelas mulheres. Com isso, as manifestações de descontentamento e da luta são muito importantes para que se tenha abertura para diálogos e mudanças.

Todavia, vemos que se para as agricultoras que já estão consolidadas no campo, as relações de poder são dificeis, para as suas filhas, é ainda mais complicado. Logo, para as jovens do campo, a busca por liberdade, autonomia e renda, são geralmente vinculados ao meio urbano, ao qual são incentivadas a migrarem para estudar e trabalhar, visto que atualmente ainda perduram as ideias de sucessão familiar majoritariamente associada ao homem (Gandolfi, 2017), especialmente em regiões que tiveram sua colonização ligada a alemães e italianos, como no Oeste Catarinense.

Além do mais, em relação a sucessão familiar e a divisão das terras,

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos, ou quando os pais têm propriedades grande. O que importa reter aqui é que, se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas (Paulilo, 2009, p. 183).

Considerando isso, muitas mulheres ainda carregam apenas o título de esposa ou filha de agricultor, ao invés de serem vistas como agricultoras (Paulilo, 2009). Outro fator que tira o poder da mulher no campo, como “quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável” (Paulilo, 2009, p. 183). Diante dessas situações, são inúmeros os embates no cotidiano para que as mulheres tenham maior espaço no trabalho, que sejam reconhecidas e ocupem cargos de gestão das propriedades e das instituições ao quais estas se vinculam, sejam sindicatos, cooperativas ou movimentos sociais.



Com isso, entende-se que inicialmente os movimentos sociais tiveram grande impacto na luta pelos direitos das mulheres e atualmente os sindicatos e cooperativas vem continuando esse trabalho, por meio de processos formativos voltados para o público feminino, bem como pela distribuição de materiais, palestras e outras formas de incentivar e preparar as agricultoras, rompendo assim com as hierarquias patriarcas pré-estabelecidas e criam novas oportunidades.

Neste mesmo sentido, é possível identificar alguns projetos promovidos por cooperativas catarinenses direcionados às mulheres do campo, bem como por instituições ligadas ao governo estadual. Diante disso, os processos formativos (cursos de curta ou média duração, treinamentos específicos e palestras) ofertados vem corroborando com as reflexões e com o pensamento mais crítico das mulheres cooperadas e após passarem por esses processos formativos, é possível verificar uma maior presença destas em encontros anuais, em feiras de negócios, assembleias, comitês e na direção das instituições cooperativistas (Souza *et al.*, 2018).

Perante o exposto, Souza *et al.* (2018) ao realizar entrevistas com mulheres associadas a uma cooperativa agrícola catarinense, aponta que para além do conhecimento adquirido pelas mulheres durante as formações disponibilizadas, criam-se amizades, ocorrem mais debates, apresentam uma visão mais completa acerca da formação, do funcionamento das cooperativas e dentro do ambiente familiar também ocorrem avanços, especialmente na integração do núcleo familiar.

Um exemplo de programa de desenvolvimento e inserção de mulheres ao sistema cooperativista citado por Souza *et al.* (2018) é promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/SC) por meio do Programa Mulheres Cooperativistas Catarinenses - “OCESC núcleo feminino” sob responsabilidade da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) que foi criado em 2013.

O Sescoop/SC para além desse programa formativo, realiza encontros anuais de mulheres e em datas comemorativas, como no dia internacional do cooperativismo e no dia internacional da mulher, para integrar, promover o conhecimento, trocar experiências, entre outros pontos importantes (SESCOOP/SC, s/d; 2025). Esse é um bom exemplo de como as mulheres vem ganhando maior espaço no meio cooperativista, mas vale lembrar que os desafios para o trabalho e maior visibilidade da mulher no campo são múltiplos.

Ademais, embora alguns avanços gerais foram observados nas últimas décadas, muito se tem a melhorar, tanto dentro quanto fora das propriedades, para mudar os discursos e dar novas oportunidades as mulheres do campo. Logo, é necessário conferir espaço para as agricultoras tomarem decisões dentro das suas propriedades, não sendo apenas consideradas como trabalhadoras, mas também como líderes com um grande potencial para alavancar a



propriedade e também outros espaços que estas possam se expressar (Leite; Lorenzi, 2022), como nos mais diversos movimentos sociais, sindicais e nas cooperativas.

Portanto, para que se tenham um ambiente mais harmônico de troca de ideias dentro e fora das propriedades, é imprescindível que ocorram mudanças de pensamentos, de estruturas e das hierarquias impostas. Para isso, campanhas de conscientização, cursos e outros processos formativos (Silva *et al.*, 2023), além do uso de espaços de mídias como jornais, programas de rádio e televisão e redes sociais e a geração de mais oportunidades voltadas ao público feminino são de extrema importância para que se tenham avanços efetivos e duradouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conflitos geracionais e de gênero ainda estão presentes no campo catarinense na atualidade, porém vemos que ocorreram melhorias nas últimas décadas. Para se chegar a estes resultados, os movimentos sociais, os sindicatos e as cooperativas vem desempenhando um papel muito importante no enfrentamento aos desafios impostos na sucessão familiar, nos espaços e nos trabalhos desempenhados pelas mulheres no campo. Promovendo assim diálogos, debates entre homens e mulheres e possibilitando mais facilmente que as agricultoras tenham pensamento crítico frente a sua realidade e que consigam a partir disso mudar comportamentos, pensamentos e hierarquias.

Consequentemente, fomentar o empoderamento feminino entre as agricultoras se faz necessário para que estas tenham maior confiança no seu potencial, possam expressar mais espontaneamente as suas ideias e enfrentar com mais força os desafios e obstáculos encontrados no cotidiano, conquistando assim cargos de liderança dentro dos movimentos sociais, nos sindicatos e nas cooperativas aos quais possuem vínculos.

Também se faz necessário que a cidadania política das mulheres seja admitida para que assim ocorra uma nova cidadania, no qual as mulheres ocupem espaços de liderança na sociedade (Bertolin; Kamada, 2012). Neste sentido, muitas questões ainda carecem de avanços mais significativos para que haja efetivamente igualdade e harmonia no campo.

O trabalho desenvolvido pelas mulheres no campo necessita ter maior visibilidade, especialmente no caso das jovens agricultoras, que são as mais invisibilizadas, além de garantir uma renda própria justa e com igualdade para com os demais que desempenham atividades laborais na propriedade.



Portanto, verifica-se a necessidade de aprofundar mais ainda na temática para se ter uma análise mais efetiva e detalhada da situação encontrada não somente em Santa Catarina, mas nas mais diversas realidades e regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, P. T. M.; KAMADA, F. L. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 28-52, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/13656/11077>. Acesso em: 05 set. 2025.

BETTO, J.; PICCIN, M. B. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika (Online)**, Rennes (França), n. 16, jul. 2017. Semestral. Disponível em: <https://journals.openedition.org/amerika/8202#notes>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 289-302, jan.-abr. 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v12n01/v12n01a15.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BORBA, E. R.; FABRINI, J. E. A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão/PR. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 37-52, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4631/3578>. Acesso em: 05 set. 2025.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul.-dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724/40670>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Cooperativas são importantes para mulheres do campo, mas poucas têm poder de decisão**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/cooperativas-representam-ambiente-positivo-para-as-mulheres-mas-poder-de-decisao-ainda-e-negado>. Acesso em: 08 set. 2025.

CASAGRANDE, J. L. **Movimentos Sociais no campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. 1991. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106321/83600.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 01 abr. 2025.



COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030. Santiago: Cepal, 2017. (XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe). Nações Unidas. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/12/estrategia_montevideu_pt.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan-abr. 2004. Tradução de Beatriz Weidenbach. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2025.

GANDOLFI, E. **Motivações para a permanência ou retorno dos jovens no campo:** o caso do município de arvoredo-SC. 2017. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1226>. Acesso em: 01 abr. 2025.

GRADE, M. S.; BASSO, D. O cooperativismo enquanto instituição para o enfrentamento à desigualdade de gênero no meio rural. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 157-171, 2019.

LEITE, J. G. D. B.; LORENZI, L. K. Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina. **Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 9, n. 18, p. 1-35. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374206732_Participacao_das_mulheres_em_cooperativas_da_agricultura_familiar_em_Santa_Catarina. Acesso em: 21 ago. 2025.

LEMOS, M. R. Gênero, movimentos sociais e sindicatos trabalhistas: analisando representações femininas em espaços reivindicativos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 52-64, jul-dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2660/2854>. Acesso em: 05 set. 2025.

OSTRONOFF, L. J. Poder, gênero e identidades: um novo momento no sindicalismo. **Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 41-60, jan-jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649510>. Acesso em: 05 set. 2025.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I. S; SCHMIDT, W. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2003.

PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. S. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 1-369. Disponível em: <https://memov.org/site/wp-content/uploads/tainacan->



[items/33564/55224/Lutas-Campistas-Contemporaneas-Condicoes-Dilemas-e-Conquistas.pdf#page=180](https://www.researchgate.net/publication/3356455224/Lutas-Campistas-Contemporaneas-Condicoes-Dilemas-e-Conquistas.pdf?page=180). Acesso em: 01 abr. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SESCOOP/SC) (Santa Catarina). **Duas décadas de história:** 20º encontro estadual de mulheres cooperativistas de Santa Catarina. 2025. Disponível em: <https://sescoopsc.org.br/todos/duas-decadas-de-historia-20o-encontro-estadual-de-mulheres-cooperativistas-de-santa-catarina/>. Acesso em: 08 set. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SESCOOP/SC) (Santa Catarina). **Programa Mulheres Cooperativistas Catarinenses.** s/d. Disponível em: <https://sescoopsc.org.br/promocao-social/programa-mulheres-cooperativistas-catarinenses/>. Acesso em: 08 set. 2025.

SILVA, M. L. S. da *et al.* As mulheres no cooperativismo e nas cooperativas rurais. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 10, n. 13, p. 161-171. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7214>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SOUZA, E. T. de *et al.* Inserção das mulheres em uma cooperativa agrícola do sul de Santa Catarina: programa mulheres cooperativistas. **Ambiência**, Guarapuava, v. 14, n. 8, p. 315-330, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiciencia/article/download/4725/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SPANEVELLO, R. M. Inserções de jovem mulheres em programa de crédito rural. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial.** 1ª ed. Santa Maria: UFSM, 2019, v. 1, p. 245-266.

VEDANA, R. *et al.* Empoderamento feminino na agricultura: estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 1-22. 2023. Disponível em: <https://revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2021.237944/pdf/resr-61-2-e237944.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

WINCKLER, S.; RENK, A.; MUNARINI, A. E. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 15, n. 1/2, p. 17-39. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/acta/article/view/4964>. Acesso em: 01 abr. 2025.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A autora agradece pelo incentivo dado por esta instituição por meio da concessão de bolsa de doutorado.